



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>415/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-1845/2014</b>
Interessado(a):	<b>INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS CORY LTDA.</b>

**EMENTA:** Determina nova diligência na Indústria de Produtos Alimentícios Cory LTDA para levantamento de dados e o responsável pela operação e/ou manutenção e suas respectivas qualificações e habilitações nos termos da Lei

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-1845/2014** que trata da apuração das atividades da Indústria de Produtos Alimentícios Cory LTDA; analisando a documentação presente nos autos, verifica-se que faltam informações relacionadas ao nível de complexidade das operações relacionadas ao processo produtivo e suas utilidades, Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Engenharia Química. **DECIDIU: 1) Rejeitar o parecer do relator.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções. **2) Aprovar o parecer do vistor com a seguinte redação: pela realização de nova diligência na Indústria de Produtos Alimentícios Cory LTDA para levantamento de dados relacionados à:** 1. Controle de qualidade: existência de análises químicas e microbiológicas; 2. Operações unitárias envolvidas no processo produtivo e suas utilidades; 3. Subestações de energia elétrica, com manobras em tensão primária; 4. Caldeiras (tipo de vapor, temperatura e pressão); 5. Geradores elétricos; 6. Manutenção mecânica e elétrica, envolvendo instrumentação; 7. Nível de automação Industrial; 8. Existência de sistemas hidráulicos e pneumáticos para automação; 9. Linhas hidráulicas industriais; 10. Ventilação industrial; 11. Demais itens relacionados à Engenharia Industrial que o Agente Fiscal julgar necessários. Deverá o Agente Fiscal verificar para cada item acima quem é o responsável pela operação e/ou manutenção e suas respectivas qualificações e habilitações nos termos da Lei. Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>416/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-488/2009 P1</b>
Interessado(a):	<b>Esc. SENAI Prof João Baptista Salles da Silva - Americana</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos concluintes do ano 2013, 2014, 2015 a 2016 do curso de Técnico em Vestuário da Escola SENAI “Prof. João Baptista Salles da Silva” com título profissional “TÉCNICO EM VESTUÁRIO”**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-488/2009 P1** que trata do referendo das atribuições do título profissional, das atividades e das competências estendidas pela UGI Centro aos egressos do Curso de Técnico em Vestuário da Escola SENAI “Prof. João Baptista Salles da Silva”, que se graduaram nos anos letivos de 2013 e 2014 e fixação das atividades e competências aos formandos de 2015 e 2016; Considerando a documentação apresentada; Considerando a Grade Curricular e o Conteúdo Programático das Disciplinas do curso de Técnico em Vestuário da Escola SENAI “Prof. João Baptista Salles da Silva” dos anos de 2013, 2014, 2015 a 2016; Considerando que a carga horária do curso atende o disposto na Resolução CNE/CES nº 2, de 2007, e na Decisão Plenária CONFEA nº PL-87/2004; Considerando o disposto na alínea “d” do art. 46 da Lei Federal nº 5.194, de 1966; Considerando a Instrução CREA-SP nº 2.405, de 2005; Considerando a Resolução CONFEA 473/2002; Considerando as Resoluções do CONFEA 1010/2005, 1.040/2012, 1.051/2013 e 1.062/2014, **DECIDIU pela CONCESSÃO das atribuições para o desempenho das atividades relacionadas no Decreto 90.922/1985, com título profissional “TÉCNICO EM VESTUÁRIO”, código 143-15-00 (Resolução CONFEA 473/2002), aos concluintes do ano 2013, 2014, 2015 a 2016 do curso de Técnico em Vestuário da Escola SENAI “Prof. João Baptista Salles da Silva”.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções. Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>417/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-29/1998 V2</b>
Interessado(a):	<b>COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS - COTUCA</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos formandos de 2016, 2017 e 2018 do Curso Técnico em Plásticos do Colégio Técnico de Campinas – COTUCA, com o título profissional de “Técnico(a) em Plásticos”**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-29/1998 V2** que trata do referendo das atribuições, do título profissional e das atividades e competências estendidas pela unidade de origem aos egressos de 2016, 2017 e 2018 do curso de Técnico em Plásticos do Colégio Técnico de Campinas – COTUCA; Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66; considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03; considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16; considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14; considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68; considerando o artigo 4º do Decreto 90.922/85; e considerando que o título “Técnico(a) em Plásticos” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 143-12-00. Nota: Todas as Resoluções citadas são do CONFEA, **DECIDIU por conceder aos formandos de 2016, 2017 e 2018 do Curso Técnico em Plásticos do Colégio Técnico de Campinas - COTUCA as atribuições “atribuições previstas no artigo 2º da Lei Federal nº 5.524, de 1968, e no artigo 4º do Decreto Federal nº 90.922, de 1985, para o desempenho das atividades de: “operação de equipamentos de processamento de plásticos; realização de caracterizações mecânicas, térmicas e químicas dos materiais plásticos; especificação de características de projeto de moldes para plásticos; identificação e caracterização de defeitos de processamento em peças plásticas; seleção e especificação de matérias primas para o projeto de componentes em plástico; leitura de desenhos de moldes e equipamentos de processamento de plásticos; elaboração de planilhas de manutenção de máquinas e equipamentos, considerando a relação custo-benefício; aplicação, em desenho de produto, de ferramentas, de máquinas e equipamentos, das técnicas de desenho e de representação gráfica com seus fundamentos matemáticos e geométricos; organização e controle da estocagem e a movimentação de matérias primas, reagentes e produtos; e planejamento e execução da inspeção e da manutenção autônoma e preventiva rotineira em equipamentos, linhas produtivas, instrumentos e acessórios.” com o título profissional de “Técnico(a) em Plásticos” (código 143-12-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>418/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-728/1980 V3</b>
Interessado(a):	<b>COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS - COTUCA</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos formandos de 2016, 2017 e 2018 do Curso Técnico em Alimentos do Colégio Técnico de Campinas - COTUCA, com o título profissional de “Técnico(a) em Alimentos”**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-728/1980 V3** que trata do referendo das atribuições, do título profissional e das atividades e competências estendidas pela unidade de origem aos egressos de 2016, 2017 e 2018 do curso de Técnico em Alimentos do Colégio Técnico de Campinas – COTUCA; Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66; considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03; considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16; considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14; considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68; considerando o artigo 4º do Decreto 90.922/85; e considerando que o título “Técnico(a) em Alimentos” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 143-01-00. Nota: Todas as Resoluções citadas são do CONFEA, **DECIDIU por conceder aos formandos de 2016, 2017 e 2018 do Curso Técnico em Alimentos do Colégio Técnico de Campinas - COTUCA as atribuições “previstas no artigo 2º da Lei Federal nº 5.524, de 1968, e no artigo 4º do Decreto Federal nº 90.922, de 1985, para o desempenho das atividades de: “fabricação, industrialização, manipulação, desenvolvimento e pesquisa em indústrias alimentícias, de insumos, rações, bebidas, embalagens, supermercados, instituições de pesquisa, laboratórios de análises químicas e microbiológicas, cozinhas industriais e hospitalares e órgãos de vigilância sanitária entre outros; participação como elemento de ligação direta entre o Engenheiro de Alimentos e os operadores de produção nas indústrias, atuando na implantação e controle de processos tecnológicos para a fabricação de produtos e subprodutos e das análises e controle de qualidade, microbiológico e sensorial dos mesmos.”, com o título profissional de “Técnico(a) em Alimentos” (código 143-01-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaíne Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>419/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-795/2011</b>
Interessado(a):	<b>ESCOLA TÉCNICA FORTEC – UNIDADE IV – SÃO VICENTE</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos formandos de 2015 do Curso Técnico em Petróleo e Gás da Escola Técnica FORTEC – UNIDADE IV São Vicente/SP, com o título profissional de “Técnico(a) em Petróleo e Gás”**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-795/2011** que trata de concessão de atribuições, do título profissional e das atividades e competências aos egressos de 2015 (última turma) do curso de Técnico em Petróleo e Gás da Escola Técnica – FORTEC Unidade IV – São Vicente; Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66; considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03; considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16; considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14; considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68; considerando o artigo 4º do Decreto 90.922/85; e considerando que o título “Técnico(a) em Petróleo e Gás ” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 143-21-00, Nota: Todas as Resoluções citadas são do CONFEA, **DECIDIU por conceder aos formandos de 2015 do Curso Técnico em Petróleo e Gás da Escola Técnica FORTEC – UNIDADE IV São Vicente/SP as atribuições “do artigo 2º da Lei Federal 5.524/68 para o desempenho das atividades prevista nos artigos 3º e 4º do Decreto Federal 90.922/85, respeitados os limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Petróleo e Gás” (código 143-21-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>420/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-843/2013</b>
Interessado(a):	<b>ESCOLA TÉCNICA FORTEC – UNIDADE II – PRAIA GRANDE</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos formandos de 2015 e 2016 do Curso Técnico em Petróleo e Gás da Escola Técnica FORTEC – UNIDADE II - Praia Grande/SP, com o título profissional de “Técnico(a) em Petróleo e Gás”**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-843/2013** que trata de cadastramento do curso e atribuições a serem concedidas às turmas de formandos nos anos de 2015 e 2016 do curso Técnico em Petróleo e Gás da Escola Técnica FORTEC – Unidade II – Praia Grande; Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66; considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03; considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16; considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14; considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68; considerando o artigo 4º do Decreto 90.922/85; e considerando que o título “Técnico(a) em Petróleo e Gás ” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 143-21-00, Nota: Todas as Resoluções citadas são do CONFEA, **DECIDIU por conceder aos formandos de 2015 e 2016 do Curso Técnico em Petróleo e Gás da Escola Técnica FORTEC – UNIDADE II - Praia Grande/SP as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e artigo 4º do Decreto 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Petróleo e Gás” (código 143-21-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>421/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-535/2015</b>
Interessado(a):	<b>ETEC – ORLANDO QUAGLIATO – SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos formandos de 2017 do Curso Técnico em Alimentos da ETEC Orlando Quagliato – Santa Cruz do Rio Pardo/SP, com o título profissional de “Técnico(a) em Alimentos”**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-535/2015** que trata do referendo das atribuições, do título profissional e das atividades e competências estendidas pela unidade de origem aos egressos de 2017 do curso de Técnico em Alimentos da ETEC Orlando Quagliato – Santa Cruz do Rio Pardo/SP; Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66; considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03; considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16; considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14; considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68; considerando o artigo 4º do Decreto 90.922/85; e considerando que o título “Técnico(a) em Alimentos” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 143-01-00. Nota: Todas as Resoluções citadas são do CONFEA, **DECIDIU por conceder aos formandos de 2017 do Curso Técnico em Alimentos da ETEC Orlando Quagliato – Santa Cruz do Rio Pardo/SP. as atribuições “atribuições dos artigos 4º e 5º do Decreto Federal no 90.922 de 1985, observado o Art. 10 do mesmo dispositivo”, com o título profissional de “Técnico(a) em Alimentos” (código 143-01-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaíne Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idalgo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>422/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-127/2017 C2</b>
Interessado(a):	<b>EDSON DONIZETE DE LIMA</b>

**EMENTA:** Engenheiro com formação em ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITARISTA NÃO poderá realizar as atividades em indústria de embalagens plásticas (PEAD, PVC, PEBD e máster). E que compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO a realização das referidas atividades.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-127/2017 C2** que trata e de consulta técnica a este Conselho solicitada pelo Engenheiro Ambiental e Sanitarista Edson Donizete de Lima sobre a possibilidade de ser responsável técnico por uma indústria de embalagens plásticas (PEAD, PVC, PEBD e máster); Considerando a Lei Federal no 5.194/1966, que regula o exercício das profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências; Considerando o Decreto Federal no 90.922/1985, que regulamenta a Lei federal nº no 5.524/1968; Considerando a Resolução CONFEA no 218/1973, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e Agronomia; Considerando a Resolução CONFEA nº 310/86, que discrimina as atividades do Engenheiro Sanitarista; Considerando a Resolução CONFEA nº 417/98, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos Artigos 59 e 60 da Lei n.º 5.194/66; Considerando a Resolução CONFEA nº 447/00, que dispõe sobre o registro profissional do engenheiro ambiental e discrimina suas atividades profissionais; Considerando a Resolução CONFEA no 1.010/2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional; Considerando a Resolução CONFEA no 1.016/2006, que altera a redação dos arts. 11, 115 e 19 da Resolução nº 1007/2003, inclui o anexo III na Resolução nº1010/05, e dá outras providências; Considerando a Resolução CONFEA no 1.062/2014, que suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1010/05, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional. A Resolução CONFEA nº 417/98 enquadra como INDÚSTRIA QUÍMICA as “Indústria de fabricação de matérias plásticas, resinas e borrachas sintéticas, fios e fibras artificiais e sintéticas e plastificantes”; Na Resolução CONFEA no 218/1973, em seu Art. 1º, estão listadas as 18 (dezoito) atividades, para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondentes às diferentes modalidades da Engenharia. A citada Resolução, em seu Art. 17 apresenta as competências do Engenheiro Químico, a saber: “I - desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à INDÚSTRIA QUÍMICA E PETROQUÍMICA”. **DECIDIU que Engenheiro com formação em ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITARISTA NÃO poderá realizar as atividades em indústria de embalagens plásticas (PEAD, PVC, PEBD e máster), pois em sua grade curricular constam as disciplinas necessárias para a execução**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**das atividades anteriormente relacionadas, que são / não são abordadas nos currículos do Curso de Engenharia Química. E que compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO a realização das referidas atividades.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>423/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-772/2018 C/ C-582/2010 V1,V2,V3</b>
Interessado(a):	<b>Priscila Marques da Paz</b>

EMENTA: **Mantem as atribuições da Engenheira Biotecnológica Priscila Marques da Paz**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-772/2018 C/ C-582/2010 V1,V2,V3** que trata de consulta técnica solicitada pela Engenheira Biotecnológica Priscila Marques da Paz com atribuições do artigo 7º da Lei Federal 5.194/66 e do art. 17 da Resolução CONFEA nº 218/1973 com restrição às atividades da indústria petroquímica questiona se com essa atribuição pode se inscrever e atuar como Engenheira de Processamento Jr da Petrobrás; Considerando a documentação apresentada; Considerando a Lei 5194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, em especial o art. 7º, 34, 45; Considerando a Resolução Confea nº 218/73, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Em especial art. 1º, 17º 25º; Analisando os processos de cadastramento e exame da atribuições do curso de Engenharia Biotecnológica, processo C582/2010, na qual a interessada se formou; Considerando que nem outro documento foi anexado, **DECIDIU que não há como alterar as atribuições da Engenheira Biotecnológica Priscila Marques da Paz, pois a mesma não apresentou outros documentos que comprovem alteração do conhecimento adquirido na graduação, que se mostram insuficientes para exercer atividades da indústria petroquímica.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>424/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-775/2018</b>
Interessado(a):	<b>ALESSANDRA WENZEL</b>

**EMENTA:** Esclarece que ante ao questionamento da interessada Engenheira Química Alessandra Aparecida Wenzel Agustineli, que o Engenheiro Químico pode emitir ART para projeto de instalação de ar comprimido, com base na Lei Federal 5.194/1966

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-775/2018** que trata de consulta técnica da Engenheira Química Alessandra Aparecida Wenzel Agustineli a este Conselho, possuidora de atribuições do artigo 17 da Resolução no 218 de 29 de junho de 1973 do Confea, que questiona “se o Engenheiro Químico pode emitir ART para projeto de instalação de ar comprimido”; Considerando Lei Federal no 5.194/1966; Considerando Resolução CONFEA no 218/1973; Considerando Resolução CONFEA no 1.010/2005; Considerando Resolução CONFEA no 1.016/2006; Considerando Resolução CONFEA no 1.040/2012; Considerando Resolução CONFEA no 1.051/2013; e Considerando Resolução CONFEA no 1.062/2014. Considerando o questionamento da profissional interessada, “se o Engenheiro Químico pode emitir ART para projeto de instalação de ar comprimido”. **DECIDIU que o Engenheiro Químico pode emitir ART para projeto de instalação de ar comprimido. Na Lei Federal 5.194/1966 estão contempladas as atividades e atribuições envolvidas em tal projeto, a saber: “estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica”. Na Resolução CONFEA no 218/1973 estão igualmente contempladas as atividades inerentes ao exercício profissional das diferentes modalidades da Engenharia, onde constam “Estudo, planejamento, projeto e especificação”, “Condução de trabalho técnico”, “Execução de desenho técnico”, na qual, especificamente relativo ao Engenheiro Químico consta que as atividades são “referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; .....; seus serviços afins e correlatos”.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>425/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-1374/2017 C/ C-139/2011</b>
Interessado(a):	<b>ADRIANO FEITOSA BARBOSA</b>

**EMENTA:** Informa ao profissional Técnico em Química Adriano Feitosa Barbosa que ele pode desempenhar somente funções compatíveis com a sua formação curricular

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-1374/2017 C/ C-139/2011** que trata de uma consulta do Técnico em Química Adriano Feitosa Barbosa, com atribuições dos artigos 4º e 5º do Decreto Federal nº 90.922/1985 onde questiona “A atribuição ao qual foi concedido o artigo 5º e para tanto solicita maiores informações”; Considerando os artigos 45 e 84 da Lei Federal nº 5.194, de 1966; Considerando a Lei nº 5.524, de 1968; Considerando o Decreto nº 90.922, de 1985; Considerando o perfil profissional de conclusão (fl. 17), que consta no Processo C de atribuição do curso, após discussão, **DECIDIU por informar ao profissional que ele pode desempenhar somente funções compatíveis com a sua formação curricular.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>426/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-682/2018 C3</b>
Interessado(a):	<b>Associação de Engenheiros e Agrônomos de Cajamar - AEAC</b>

**EMENTA: Defere o registro da Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Cajamar - AEAC no CREA-SP**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **C-682/2018 C3** que trata da solicitação de registro para fins de representação no plenário do Crea-SP da entidade de classe de profissionais de nível superior denominada Associação de Engenheiros e Agrônomos de Cajamar - AEAC, nos termos da Resolução nº 1.070/15, do Confea. Foi feita análise da documentação apresentada pela SUPCOL-DAC 1, que sugere o encaminhamento do processo às Câmaras Especializadas e que a AEAC atende aos critérios estabelecidos na Resolução 1070/2015 (fls. 341/342); Considerando a Resolução CONFEA 1070, de 15.12.15, que dispõe sobre os procedimentos para registro e revisão de registro das instituições de ensino e das entidades de classe de profissionais nos Creas e dá outras providências, e revoga a Resolução CONFEA 1018/06; Considerando que a entidade é multiprofissional de nível superior, **DECIDIU pelo deferimento do registro da Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Cajamar - AEAC no CREA-SP.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>427/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-14296/2018</b>
Interessado(a):	<b>GIZELE JARDIM LEMES</b>

EMENTA: **Indefere a interrupção de registro da Engenheira Química Gizele Jardim Lemes**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **PR-14296/2018** que trata de pedido de interrupção de registro no CREA-SP da Engenheira Química Gizele Jardim Lemes; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; Considerando o artigo 17 da Resolução nº 218/73 do CONFEA; considerando a descrição das atividades desenvolvidas pela interessada na Atvos Agroindustrial S.A., **DECIDIU pelo indeferimento da interrupção de registro da Engenheira Química Gizele Jardim Lemes.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>428/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-115/2018</b>
Interessado(a):	<b>DAIANE APARECIDA GOMES RUFINO</b>

**EMENTA: Mantem a Decisão CEEQ/SP nº 305/2017, por não conceder à interrupção de registro da profissional Engenheira de Alimentos Daiane Aparecida Gomes Rufino**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **PR-115/2018** que trata de pedido de interrupção de registro no CREA-SP da Engenheira de Alimentos Daiane Aparecida Gomes Rufino, sob o argumento de “executando trabalho que não exige o registro; Considerando que no processo é apresentada a cópia da CTPS, na qual consta que a requerente foi admitida como Analista de Qualidade, na empresa Hidro Metalúrgica Veda LTDA, em 15.09.2015 (fl. 05), e exerce, atualmente, a função de Analista de Gestão da Qualidade (fl. 19); Considerando que o interessado colheu votos desfavoráveis às suas pretensões na CEEQ em 03.10.17 - Decisão CEEQ/SP nº 305/2017 relativa a Relação de Interrupção 027/17 UGI São José do Rio Preto (fl. 14); Considerando que, ao ser informado da decisão proferida pela CEEQ a interessada recorreu ao Plenário contestando o indeferimento da interrupção de seu registro, com base em uma nova informação, a de que os requisitos necessários solicitados para a função de Analista de Qualidade que exerce na empresa para a qual trabalha é a de formação de Ensino Médio – Formação em Nível Técnico em Engenharia; Considerando que a Hidro Metalúrgica Veda Ltda. apresentou declaração apresentando a descrição de cargo de Analista de Qualidade no setor de Sistema de Gestão da Qualidade, cargo atualmente ocupado pela interessada com a logo HIDROVEDA, contendo o carimbo da empresa e assinatura de representante legal por tais declarações. Na descrição destacam-se: Analisar e revisar os procedimentos de Gestão da Qualidade; Monitorar a realização das atividades da Metrologia; Responsável pelo monitoramento das não conformidades e ações corretivas; Responsável em prestar atendimento ao cliente; Identificar e segregar produtos não conformes; Analisar a execução de ações corretivas; Estar ciente da política e dos objetivos da Qualidade e Zelar pelos equipamentos por ele utilizados, bem como, pelo patrimônio da empresa; Analisar os relatórios de inspeção e garantir a correta aplicação dos mesmos; Analisar a calibração, análise e validação dos DMMs (electronic measuring instrument with a digital display); Considerando que o Crea SP informa que o requerente possui o título de Engenheiro de Alimentos; Considerando os requisitos legais: Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Resolução Nº 218/73 do Confea Resolução 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências; Considerando a Resolução Nº 262, de 28 Julho 1979, que regulamenta a Lei nº 5.524/1968, que dispõe sobre as atribuições dos Técnicos de 2º grau, nas áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Considerando que para os



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

requisitos necessários solicitados para a função de Analista de Qualidade é a de formação de Ensino Médio – Formação em Nível Técnico em Engenharia, este profissional exerce atividades que pertencem ao escopo do Sistema Confea/Crea, dispersas em termos gerais na Resolução nº 218/73, do Confea, e na Resolução Nº262, de 28 julho de 1979, parcialmente reproduzidos acima; Considerando que, em uma análise inicial, parece-nos que para as atividades realizadas pelo Analista de Qualidade, tanto o profissional com formação em técnico na área Industrial ou Tecnologia como o de formação em Engenheiro de Alimentos devem ter registro no escopo do Sistema Confea/Crea de acordo com os requisitos legais acima expostos; Considerando que, em suma, nossa conclusão é de que a CEEQ julgou e decidiu de acordo com a legislação e daí não referendou o pedido de cancelamento do registro profissional constante da Relação de Interrupção 027/17 UGI de São José do Rio Preto, **DECIDIU por concordar com a Decisão CEEQ/SP nº 305/2017 proferida pela Câmara Especializada de Engenharia Química, portanto, contrário à interrupção de registro da profissional Engenheira de Alimentos Daiane Aparecida Gomes Rufino.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>429/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-423/2018</b>
Interessado(a):	<b>Alexandre da Costa</b>

EMENTA: **NÃO CONCEDE** a interrupção de registro do Engenheiro de Materiais Alexandre da Costa neste Conselho

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **PR-423/2018** que trata de solicitação de interrupção de registro do Engenheiro de Materiais Alexandre da Costa por motivo não exercer mais a atividade na área (fls. 02); Considerando a solicitação de interrupção de registro do profissional; Considerando a legislação pertinente ao caso; Considerando a atuação do interessado no cargo de SUPERVISOR DE SPV junto à VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.(fls. 04); Considerando a declaração da empresa que a qualificação necessária para o cargo é Superior em Engenharia Mecânica ou de Produção (fls. 05); Considerando a ausência de registro de ART em nome do interessado; Considerando a Lei Federal no 5.194/1966; Considerando a Resolução CONFEA no 218/1973; Considerando a Resolução CONFEA no 1.007/2003; Considerando a Lei Federal no 6.496/1977; Considerando a Resolução CONFEA no 1.008/2004; Considerando a Lei Federal no 12.514/2011; Considerando o Ato administrativo do CREA-SP no 23/2011; Considerando que nos itens de a) a h) do art. 7º da Lei Federal nº 5.194/1966 e em seu parágrafo único, encontram-se, elencadas as atividades e atribuições profissionais do engenheiro, sendo de nosso entendimento que as atividades realizadas pelo Engenheiro de Materiais Alexandre da Costa, e descrita pelo seu empregador plenamente inseridas no citado artigo, bem como no disposto na Resolução CONFEA nº 218/1973, em seu Art. 1º, estão listadas as 18 (dezoito) atividades, para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondentes às diferentes modalidades da Engenharia, **DECIDIU por NÃO CONCEDER a interrupção de registro do Engenheiro de Materiais Alexandre da Costa neste Conselho, e por orientar a inspetoria de origem, a apurar, em processo próprio, as atividades desenvolvidas pelo Engenheiro Alexandre da Costa no cargo de SUPERVISOR DE SPV.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaíne Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idalgo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>430/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-2393/2008</b>
Interessado(a):	<b>Plásticos Zito Ltda</b>

EMENTA: **Mantem o Auto de Infração nº 288/2012, e dá outras providências.**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-2393/2008** que trata de empresa com objetivo social “Indústria e Comércio de Materiais de Resíduos Plásticos de Sucatas em Geral”, sem registro e sem participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando a Decisão CEEQ/SP no 442/2009; Considerando o objetivo social e as atividades da interessada; Considerando que a interessada está sem registro; Considerando que as atividades de produção de reciclagem de materiais plásticos (seleção e moagem) envolvem conhecimentos relativos à Engenharia Química ou Engenharia de Materiais, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea “h” do Art. 7º e o parágrafo único do Art. 8º da Lei Federal no 5.194, de 1966; Considerando o disposto na alínea “d” do Art. 46 da Lei Federal no 5.194 de 1966; Considerando que de acordo com a Resolução CONFEA no 417, de 1998, são enquadráveis nos Art. 59 e 60 da Lei Federal no 5.194 de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu Art. 1º, destacando o item 20 – INDÚSTRIA DE QUÍMICA, subitem 20.02 – Indústria de fabricação de matérias plásticas, resinas e borrachas sintéticas, fios e fibras artificiais e sintéticas e plastificantes; Considerando a Lei Federal nº 6.839 de 1980; Considerando o Regimento do CREA-SP; Considerando a Resolução CONFEA nº 336 de 1989; Considerando a Resolução CONFEA nº 1008, de 2004; Considerando a Decisão Normativa CONFEA nº 74, de 2004; Considerando o Ato Administrativo do CREA-SP nº 23, de 2011; Considerando o lapso temporal de aproximadamente 1 ano entre a Decisão do CEEQ 241/2009 (fls. 24). Considerando que o processo foi destacado e discutido pela CEEQ. **DECIDIU 1. Pela manutenção do Auto de Infração nº 288/2012; 2. Pela obrigatoriedade de registro da empresa Plásticos Zito Ltda; 3. Após o trânsito em julgado, realizar diligência para verificar se a empresa permanece em atividade e, em caso afirmativo, lavrar auto de infração por reincidência.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>431/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-304/2018</b>
Interessado(a):	<b>KASKIN IND. E COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA</b>

EMENTA: **Mantem o Auto de Infração Nº 53895/2018**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-304/2018** que trata de autuação por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66 da empresa KASKIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., que não possui registro nem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de Alimentos; Considerando que as atividades de fabricação de sorvetes e picolés envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, e são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea “h” do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966; Considerando que a matéria prima, assim como o processo de produção, deve ser submetido às avaliações físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, visando garantir a qualidade do produto final e a saúde do consumidor. O processo produtivo inclui métodos de conservação de alimentos (resfriamento, congelamento, tratamento térmico, redução da atividade de água, uso de aditivos, embalagem em atmosfera controlada/modificada, etc...), com o objetivo de garantir a qualidade (sanitária, comercial, sensorial e nutricional) do produto a ser fornecido ao consumidor. As operações utilizadas para a fabricação de alimentos requerem conhecimentos das matérias primas, do processo de fabricação, cálculos de engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculos de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo. Ainda, para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal. Além disso, a implantação de programas de segurança alimentar (BPFs e APPCC) na produção de alimentos é requisito de diversas legislações nacionais, tais como: Portaria 326 de 30/07/1997 e Portaria 1428 de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Resolução 275 da Agência



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Nacional de Vigilância Sanitária. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de industrialização de alimentos são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia. Convém ainda citar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, subitem 26.09 - Indústria de fabricação de produtos alimentares diversos; Considerando que a interessada foi notificada a regularizar sua situação nesse Conselho em novembro de 2017 e apesar de possuir em seu quadro técnico Engenheira de Alimentos e ter comunicado que iriam se registrar no Conselho Regional de Química (fl. 07) não possuem registro em nenhum Conselho Profissional (fl. 28); Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela manutenção do Auto de Infração Nº 53895/2018**. Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>432/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-1031/2018</b>
Interessado(a):	<b>ELISANGELA LIETO</b>

EMENTA: **Indefere a interrupção de registro da Engenheira Química Elisangela Lieto**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-1031/2018** que trata de pedido de interrupção de registro no CREA-SP da Engenheira Química Elisangela Lieto; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando as atividades da profissional na empresa Atlas Copco Ltda. e que para executá-las é necessário conhecimento técnico, **DECIDIU pelo indeferimento da interrupção de registro da Engenheira Química Elisangela Lieto.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idalgo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>433/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-1827/2016</b>
Interessado(a):	<b>Porto Sinalização LTDA</b>

EMENTA: **Aprova o parecer da relatora de fls. 20-21.**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-1827/2016** que trata de empresa sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de Profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de Engenharia Química, As atividades de fabricação de tintas e vernizes envolvem conhecimentos relativos à Engenharia Química, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea “h” do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966. O processo de fabricação de tintas e vernizes conforme descrito no formulário de fiscalização, envolve a recepção e seleção de matéria prima, sendo elas da seguinte forma: Tinta Acrílica = matérias primas: resina + solvente mistura = envase = expedição. Tinta em pó = masseira homogenia/pigmento + pó = ensacar = expedição, e sistema de acondicionamento e estocagem do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia Química, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal; Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 20 - INDÚSTRIA DE QUÍMICA, subitem 20.06 - Indústria de fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes, secantes, e massas preparadas para pintura e acabamento; Considerando a Resolução CONFEA Nº 1.008, de 2004, que dispõe sobre os procedimentos, para instauração, a instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; Considerando a Res. CONFEA no 336/1989, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Considerando a Lei Federal nº 9784/1999 - art. 50º; Considerando o Regimento do CREA-SP; Considerando o Registro em outro Conselho, **DECIDIU Aprovar o parecer da relatora de fls. 20-21.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idalgo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>434/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-2135/2017</b>
Interessado(a):	<b>Mondelez Brasil Ltda</b>

**EMENTA: Não obriga o registro da empresa Mondelez Brasil Ltda neste Conselho**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-2135/2017** que trata de empresa com sede na Avenida Presidente Kennedy, 2511, parte, na cidade de Curitiba, estado do Paraná e com objeto social “(i) produção, fabricação, beneficiamento, compra, venda, comércio, distribuição, importação, exportação, por si e por ou para terceiros: (a) de chocolates, bombons, balas, caramelos, confeitos, gomas de mascar (chiclete), pastilhas, dropes, bases concentradas líquidas ou me pó, complementos alimentares, produtos alimentícios, e bebidas em geral, “in natura” ou industrializados, dietéticos ou não, concentrados ou em pó, e em todas as formas e apresentações, e ainda, de castanha de caju e outras amêndoas, seus derivados e subprodutos, de fermentos e outros produtos para panificação e confeitarias, de leite líquido e em pó e outros produtos laticínios de chá, de café, de pós para sobremesa, de biscoitos, de produtos químicos em geral; (b) insumos, matérias-primas, produtos intermediários e correlatos, naturais ou artificiais, orgânicos ou inorgânicos, para a fabricação dos produtos mencionados no item (a) acima; e (c) de equipamentos, aparelhos, veículos e dispositivos destinados ao acondicionamento, manuseio, transporte, manutenção, conservação e exposição dos produtos mencionados no item (a) acima; (ii) industrialização e comercialização de vasilhames e artigos para acondicionamento de produtos alimentícios em geral, tais como os artefatos de folhas de flandres, latas e embalagens, resinas de anacário, líquidas ou em pó, e L.C.C. (líquido de casca de castanha de caju); (iii) exploração agrícola, industrial e comercial de frutas “in natura”; (iv) produção e comercialização de mudas de frutas e de concentrados e bebidas à base de frutas; (v) prestação de serviços de qualquer natureza, em caráter permanente, às empresa controladoras, controladas, e coligadas ou a terceiros, bem como na emissão e escrituração de documentos por computador, serviços de treinamento e de suporte administrativos; (vi) representação de sociedades nacionais ou estrangeiras por conta própria ou de terceiros; e (vii) participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista”.,(fls. 12-verso/13) sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objetivo social e as atividades da interessada na área de alimentos; Considerando o processo industrial, de acordo com formulário de Fiscalização da CEEQ, no qual consta como atividades a fabricação de biscoitos doces e salgados, utilizando mixer, moldadora, fornos, recheadora e embaladora, onde os ingredientes são misturados no mixer, após segue para laminação e/ou modelagem em formas, depois vão para os forno para assamento, em seguida o recheio (se aplicável) e por fim embalagem e acondicionamento para o transporte. Consta também que não utiliza caldeira, não realiza tratamento de água, mas faz tratamento de resíduos; Considerando que a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

interessada tem como responsável técnico a Engenheira de Alimentos Laís Spiadorim com registro no CRQ, assim como a empresa; Considerando que a matriz, com sede em Curitiba, possui registro nº 45584 no Crea-PR e tem como responsáveis técnicos: a Engenheira de Alimentos Daniela Mara Augimeri de Goes Lima Comandini (Crea-SP nº 5060294980), o Engenheiro Eletricista Gilberto Carlos Kosuiesko (PR-129607/D), o Engenheiro de Segurança do Trabalho Marcelo Zanela (SC-595186/D) e o Engenheiro Eletricista Valdir Monteiro Lima (PR-17745/D), **DECIDIU pela não obrigatoriedade de registro da empresa Mondelez Brasil Ltda neste Conselho.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>435/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-1099/2018</b>
Interessado(a):	<b>KABATA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS</b>

**EMENTA: Obriga o registro da empresa Kabata Industria e Comércio de Alimentos neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-1099/2018** que trata de empresa com objeto social “indústria de conservas de palmito; de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito; comércio atacadista de legumes e vegetais em conservas e comércio varejista de legumes, verduras e vegetais em conserva” (fl. 12), sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de Alimentos. As atividades de fabricação de palmito em conserva envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea “h” do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966. O processo envolve a recepção e seleção de matéria prima, utilizando palmito pupunha, que é descascado, lavado, picado, envasado, salgado, cozido, passando por sistema de acondicionamento e estocagem do produto. A matéria prima, assim como o processo de produção, deve ser submetida às avaliações físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, visando garantir a qualidade do produto final e a saúde do consumidor. O processo produtivo inclui métodos de conservação de alimentos (resfriamento, congelamento, tratamento térmico, redução da atividade de água, uso de aditivos, embalagem em atmosfera controlada/modificada, etc...), com o objetivo de garantir a qualidade (sanitária, comercial, sensorial e nutricional) do produto a ser fornecido ao consumidor. As operações utilizadas para a fabricação de alimentos requerem conhecimentos das matérias primas, do processo de fabricação, cálculos de engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculos de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo. Ainda, para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal. Além disso, a implantação de programas de segurança alimentar (BPFs e APPCC) na produção de alimentos é requisito de diversas legislações nacionais, tais como: Portaria 326 de 30/07/1997 e Portaria 1428 de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Resolução 275 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de industrialização de alimentos são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia. Convém ainda citar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, subitens 26.00 - Indústria de beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares de origem vegetal e 26.03 - Indústria de preparação de alimentos e produção de conservas e doces. Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela obrigatoriedade de registro da empresa Kabata Industria e Comércio de Alimentos neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos, notificando-a desta exigência, com um prazo de 10 (dez) dias para sua regularização. Findo o prazo, não tendo requerido seu registro, deverá ser lavrada a autuação por infração ao art. 59 da Lei Federal nº 5.194, de 1966.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idalgo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>436/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-725/2017</b>
Interessado(a):	<b>FRIGORÍFICO LARISSA LTDA</b>

**EMENTA:** Encaminha o Processo à UGI/Santo André, para continuidade do procedimento administrativo, com a finalidade de Registro do Frigorífico Larissa LTDA neste conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-725/2017** que trata de análise e parecer acerca da necessidade de registro da empresa Frigorífico Larissa LTDA do Município de Mauá, neste conselho; de empresa com objeto social “Frigorífico – Abate de Suínos, Fabricação de produtos de carne, preparação de subprodutos do abate, comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente”, (fls. 04 a 08). Em fiscalização, no dia 29.05.17e após pesquisas realizadas; verificando-se que a interessada não tinha registro no CREA-SP; Considerando a informação que a empresa tem como atividade principal o processamento de alimentos através de operações unitárias envolvendo uma combinação de procedimentos para modificações desejadas das matérias –primas recebidas com o objetivo de obter seus produtos finais; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de alimentos; Considerando que as atividades de entreposto de carnes e derivados envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea “h” do art. 7o e o parágrafo único do art. 8o da Lei Federal no 5.194, de 1966; Considerando que a Licença de Operação fornecida pela CETESB – São Bernardo do Campo, é válida para a produção de: barrigada defumada de suíno, linguiça de aves, linguiça frescal, linguiça seca e defumada, apresuntado e presunto, que para tal utiliza os seguintes equipamentos industriais: caldeira, evaporador, câmara frigorífica, injetora, embutideira, moedor, quebrador de carne, máquina de fumaça, entre outros; Considerando que as operações utilizadas para a fabricação dos produtos citados na licença da CETESB requerem conhecimentos das matérias-primas, do processo de fabricação, cálculos de engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculos de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo; Considerando os dispositivos legais em relação ao CONFEA/CREA: \*Lei Federal n o 5.194, de 24 de dezembro de 1966; Considerando a Resolução Nº 336/89 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Considerando a Resolução Nº 417/98 do CONFEA, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos Artigos 59 e 60 da Lei nº 5.194/66, **DECIDIU pelo encaminhamento deste Processo à UGI/Santo André, para continuidade do procedimento administrativo, com a finalidade de**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**Registro do Frigorífico Larissa LTDA neste conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idargo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>346</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>437/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-2047/2015</b>
Interessado(a):	<b>Bunge Alimentos S/A</b>

**EMENTA: Obriga o registro da empresa Bunge Alimentos S/A neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia de Alimentos ou Engenharia Química**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 22 de novembro de 2018, apreciando o processo **SF-2047/2015** que trata de empresa com objeto social “fabricação de óleos vegetais, para alimentação em geral, produtos alimentícios para animais (soros, adubos, fertilizantes, pesticidas e transporte de cargas em geral)” (fls. 40), sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objetivo social e as atividades da interessada na área de alimentos; Considerando o processo industrial, de acordo com formulário de Fiscalização da CEEQ, no qual consta como atividades a fabricação de biscoitos doces e salgados, utilizandomixer, moldadora, fornos, recheadora e embaladora, onde os ingredientes. As atividades de fabricação de farinha de trigo, além de misturas prontas para a fabricação de pães, bolos, pizzas e massas frescas e de farelo de trigo destinado à alimentação de animais envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme alínea “h” do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966. O processo de beneficiamento de farinha de trigo e derivados envolve a recepção do trigo, que passam por cilindros, são moídos e peneirados até que cheguem a granulação desejada, sendo então ensacados envolvendo também o sistema de acondicionamento e estocagem do produto. A matéria prima, assim como o processo de produção, deve ser submetida às avaliações físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, visando garantir a qualidade final e a saúde do consumidor. O processo produtivo inclui métodos de conservação de alimentos (redução da atividade de água, embalagem em atmosfera controlada/modificada, etc...), com o objetivo de garantir a qualidade (sanitária, comercial, sensorial e nutricional) do produto a ser fornecido ao consumidor. As operações utilizadas para a fabricação de alimentos requerem conhecimentos das matérias primas, do processo de fabricação, cálculos de engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculo de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo. Ainda, para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal. Além disso, a implantação de programas de segurança alimentar (BPFs e APPCC) na produção de alimentos é requisito de diversas legislações nacionais, tais como: Portaria 326 de 30/07/1997 e Portaria 1428 de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Resolução 275 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de industrialização de farinha de trigo e derivados são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia. Convém ainda citar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÁRES, subitem 26.00 - Indústria de beneficiamento, moagem, torrefação de produtos alimentares de origem vegetal; Considerando a Resolução Confea nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela obrigatoriedade de registro da empresa Bunge Alimentos S/A neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia de Alimentos ou Engenharia Química, notificando-a desta exigência, com prazo de 10 (dez) dias para sua regularização. Findo o prazo, não tendo requerido seu registro, deverá ser lavrada a autuação por infração ao art. 59 da Lei Federal nº 5.194, de 1966.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Valter Domingos Idalgo, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ